



Relatório da Administração

1 - MENSAGEM DA CEO: Prezado acionista, investidores, colaboradores e parceiros, encerramos 2025 com a conquista de que estamos no caminho certo: evoluindo com resiliabilidade, ampliando nosso impacto positivo e fortalecendo, ano após ano, o compromisso que assumimos com o Brasil, com as pessoas e com o futuro da energia. A UHE São Simão segue sendo um ativo estratégico - não apenas pela sua capacidade instalada de 1.710 MW e pela relevância para o sistema elétrico nacional, mas porque simboliza a forma como escolhemos operar: com segurança, cuidado, eficiência. Em um ano marcado pelo despacho otimizado do ONS, entregamos uma geração líquida de 8,95 milhões de MWh, mantivemos estabilidade operacional e reforçamos nossa resiliência. Mais uma vez, mostramos que é possível crescer com disciplina financeira. Reduzimos nossa dívida líquida, mantivemos nossa receita sólida e seguimos elevando a eficiência administrativa. Esses resultados refletem uma gestão rigorosa, integrada e alinhada às melhores práticas do setor. Mas o que mais nos orgulha é aquilo que vai além dos números. Nossa energia vem das pessoas - e de um time diverso, dedicado e profundamente comprometido com a evolução contínua. É isso que sustenta nossa ambição de aperfeiçoar o setor energético e contribuir ativamente para um país cada vez mais sustentável. Temos consciência de que o contexto regulatório está mudando, especialmente diante da Reforma Tributária. Estamos acompanhando cada etapa, avaliando impactos e preparando a Companhia para navegar no novo cenário com segurança, adaptabilidade e visão de longo prazo. Chegamos até aqui porque acreditamos que segurança é valor fundamental, inovação é caminho e evolução é compromisso diário. Levamos isso a sério - não como discurso, mas como prática.

2 - NUNCA OBRIGADA PELA CONFIANÇA E PACTUAÇÃO. Seguimos em frente - sempre evoluindo. Mariana Witzke, CEO

3 - MISSÃO PRINCÍPIOS: Visão Geral/Evolução: Traçamos da Ásia a ambição de sermos um dos maiores players de energia do Brasil. No entanto, nossos objetivos vão muito além do crescimento da organização: queremos mostrar com a geração de energia segura que podemos beneficiar nossas comunidades, o país e o planeta. Temos uma visão clara de que podemos e -

vamos - mudar o setor. A Nossa Energia Vem da Soma: A diversidade é o que faz brilhar nossos olhos: o time da UHE SÃO SIMÃO é composto por pessoas de diferentes origens, idades e etnias. Somos mais vibrantes, criativos e completos quando juntamos toda essa riqueza em um só lugar. É ele que nos ajuda a criar valor conjunto e caminhar - com mais força - em direção a nossos objetivos. **Segurança é a Base do Cuidado:** Temos orgulho de ser uma empresa que reinterpreta a segurança, indo além de seu sentido literal. Somos apaixonados por cuidar de nossos públicos e de nossas comunidades. Criamos uma conexão humana com todos em nosso ecossistema e estamos impactando o mercado nacional, trazendo uma abordagem mais segura para a operação de energia. **3 - ATIVO:** A Companhia UHE São Simão possui usina hidrelétrica com capacidade instalada total em operação de 1.710 MW⁽¹⁾ que iniciou sua operação comercial em 2018 e sua concessão para operar finda-se em 2048.

3.1 - Volume contratado:

Ativo	Tipo	Garantia Física (MWh)	Energia contratada (MWh)	Prazo
UHE São Simão	ACL	841,4	841,4	2048
UHE São Simão	ACL	360,6	-	Negociado com terceiros
Total portfólio		1.202,0⁽¹⁾	841,4⁽¹⁾	

4 - DESEMPENHO OPERACIONAL: A geração líquida total da Usina de São Simão alcançou 8.953.672 MWh em 2025, o que representa uma variação de 1,06% em relação aos 8.949.733 MWh gerados em 2024. Essa redução decorreu, principalmente, do despacho otimizado realizado pelo ONS, que influenciou o volume de geração no período. O crescimento proveniente das vendas no ACL totalizou R\$ 425.900 em 2025, apresentando um crescimento de 6,13% frente aos R\$ 400.530 registrados em 2024. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, por: i) melhora no preço médio de venda; e ii) maior efeito positivo da modulação, que ampliou a captura de valor no mercado livre. ⁽¹⁾ informação não auditada.

5 - DESEMPENHO FINANCEIRO:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida Bruta		
Empréstimos em moeda estrangeira	994.590	1.129.236
Debêntures	2.382.206	2.274.623
Arrendamento	33.495	36.373
Derivativos a pagar	2.622	1.351
	3.413.273	3.441.947
(-) Ativos Financeiros		
Ativa líquidez (Caixa e equivalentes)	419.594	236.760
Derivativos a receber	100.189	229.807
	519.783	466.567
Dívida Líquida	2.893.490	2.975.380

	31/12/2025	31/12/2024	Varição	%
Receita operacional líquida	1.904.192	1.889.467	14,725	1%
Custo de operação	(446.456)	(426.744)	(19,712)	5%
Lucro bruto	1.457.736	1.462.723	(4.987)	0%
Despesas administrativas	(106.702)	(110.490)	3,788	3%
Outras (despesas) receitas operacionais	2.496	2.302	194	8%
Lucro antes do resultado financeiro	1.353.530	1.354.535	(1.005)	0%
Depreciação/amortização	(109.031)	(101.087)	7,944	8%
EBITDA	1.462.561	1.455.622	6.939	0%
Dívida Líquida	2.893.490	2.975.380	(81.890)	-3%

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	419.594	236.760
Contas a receber de clientes	5	43.315	41.968
Ativo financeiro da concessão	6	1.211.942	877.153
Impostos a recuperar	7	20.793	100.668
Depósitos judiciais	9	-	-
Estoque		14.825	10.950
Instrumentos financeiros derivativos		100.189	-
Outros ativos		24.396	23.186
Total ativo circulante		1.835.063	1.290.685
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	6	6.677.415	6.731.156
Depósitos judiciais		357	210
Instrumentos financeiros derivativos	11 e 21	-	229.807
Partes relacionadas	8	154	162
Ativo de direito de uso		6.677.962	6.961.335
Imobilizado	9	18.575	16.643
Intangível	10	2.368.259	2.437.343
		2.416.025	2.487.298
Total ativo não circulante		9.093.951	9.448.633
Total dos ativos		10.929.014	10.739.318

Passivo

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		86.814	87.548
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.288.639	21.892
Arrendamentos		3.545	3.242
Obrigações sociais e trabalhistas		27.818	28.276
Impostos a recolher	7	139.519	88.369
Dividendos	8 e 15	474.838	171.017
Encargos setoriais		27.196	29.585
Instrumentos financeiros derivativos	11 e 21	2.622	1.351
Outros passivos		2	-
Provisão - Capex melhorias	14	194.709	129.214
Total passivo circulante		2.245.702	560.495
Não circulante			
Fornecedores		21.410	11.424
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	2.088.517	3.381.967
Arrendamentos		29.950	33.495
Preparação para contingências		13	931
Impostos diferidos	20	806.774	722.818
Partes relacionadas	9	29	29
Outros passivos		1.956	2.605
Provisão - Capex melhorias	14	380.207	522.661
Total passivo não circulante		3.329.744	4.675.551
Patrimônio líquido	15	2.912.000	2.912.000
Capital social		(150.000)	(150.000)
Reservas de Lucros		2.441.568	2.591.272
Total patrimônio líquido		5.353.568	5.503.272
Total dos passivos e patrimônio líquido		10.929.014	10.739.318

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.912.000	2.042.219	720.070	4.954.219
Lucro líquido do exercício		-	36.003	(36.003)	-
Constituição de reserva legal		-	-	(171.017)	(171.017)
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		-	513.050	(513.050)	-
Destinação para reserva de lucros		-	2.591.272	(2.591.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.912.000	2.651.025	(261.025)	(261.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		-	(300.000)	(300.000)	-
Dividendos adicionais declarados - AGE de 22 de dezembro de 2025		-	-	(300.000)	(300.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	736.159	736.159
Destinação do resultado do exercício	15	-	36.808	(36.808)	-
Constituição de reserva legal		-	-	(174.838)	(174.838)
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		-	524.513	(524.513)	-
Destinação para reserva de lucros		-	2.441.568	(2.441.568)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.912.000	2.441.568	(5.353.568)	(5.353.568)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	1.904.192	1.889.467
Custo de operação	18	(446.456)	(426.744)
Lucro bruto		1.457.736	1.462.723
Outras Receitas	18	(106.702)	(110.490)
Outras (despesas) receitas operacionais	18	2.496	2.302
Lucro antes do resultado financeiro		1.353.530	1.354.535
Receitas financeiras		64.261	49.449
Despesas financeiras		(402.982)	(412.193)
Variação monetária/cambial líquida		3.086	(3.639)
Resultado financeiro líquido	19	(336.635)	(386.383)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.017.895	968.152
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(197.810)	(140.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(83.292)	(127.748)
Lucro líquido do exercício	16	736.159	720.070
Lucro por ação	16		
Quantidade de ações no final do exercício		2.912.000.000	2.912.000.000
Lucro líquido por ação, básico e diluído em Reais		0,2528	0,2473

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição no Município de São Paulo, SP. A Companhia é controlada e administrada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A. e em última instância pela State Power Investment Corporation China. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranabaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás. **Atividade de concessão:** Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou o Leilão de Licenças (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em RAGs, sendo a RAG percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada e determinada distribuída. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o Contrato de Operação Assistida. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para o dia 11 de setembro de 2048. A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWh. Na energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWh em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWh no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros. **1.1. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025, o ACL da Companhia foi negativo em R\$ 410,6 milhões, sendo o balanço positivo de R\$ 730.190 em 31 de dezembro de 2024. A variação decorre principalmente de: (i) dividendos adicionais declarados em dezembro de 2025 no montante de R\$ 300.000, registrados no passivo circulante; e (ii) reclassificação para passivo circulante de dívida de curto prazo com vencimento previsto para outubro de 2026, em linha com a política de apresentação e critérios de classificação de passivos financeiros. É importante destacar que durante o exercício de 2025, a Companhia apresentou lucro operacional, no montante de R\$ 736.159 (R\$ 720.070 em 2024) e geração de fluxo de caixa operacional, no montante de R\$ 1.176.291 (R\$ 1.227.231 em 2024). Apesar do cenário conjuntural, a Administração ressalta que a Companhia demonstra condições de refinanciamento, tanto junto a instituições financeiras quanto no mercado de capitais, local e internacional. Esses mecanismos podem ser acionados conforme necessário para reforço da liquidez e alongamento do perfil da dívida, com possibilidade de rolagem por prazo mínimo de três anos, a taxas compatíveis com as praticadas no mercado para emissores com risco de crédito semelhante ao da BAA1. A Administração também ressalta que a melhor alternativa para obtenção dos recursos necessários para o pagamento das dívidas com vencimento em 2026. No quarto trimestre de 2025, a Companhia obteve a nota máxima de rating nacional (BAA1) das Fitch Ratings, reforçando sua sólida posição a longo prazo e sua credibilidade perante investidores e credores. Essa classificação indica o mais baixo nível de risco no mercado doméstico. A Administração avaliou detalhadamente a capacidade da Companhia de manter suas operações regulares pelos próximos doze meses após a data das demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a Companhia possui recursos suficientes e capacidade de geração de caixa para dar continuidade às suas operações no futuro previsível. Diante das condições apresentadas e correspondente capacidade de refinanciamento, a Administração atestada por rating de crédito e projeções de geração de caixa, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** Em 25 de fevereiro de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.1. Bases de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contábeis previstas nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIIFs) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no *costing histórico*, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado, os quais são mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado. Os itens mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado são: (i) passivos financeiros designados como objeto de *hedge* de valor justo (nota explicativa nº 21). Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. **2.2 Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou o critério de relevância das demonstrações contábeis, conforme o IFRS 8 (17), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes são apresentadas nas demonstrações contábeis, sendo evidenciadas e correspondentes às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional em base de custo histórico. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto: • Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e • Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação. (i) Recuperação do imposto de selos e contribuição social de acordo de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários. Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados no menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos: • Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (nota explicativa 5); • Ativo financeiro da concessão (nota explicativa 6); • Recuperação do imposto de selos e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 20); • Provisões para Capex melhorias (nota explicativa 14); • Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 21); • Vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa 9); • Festes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 10); • Arrendamentos (nota explicativa 11); • Provisão para contingências (nota explicativa 13). **3. Políticas contábeis materiais:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas demonstrações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinar o reconhecimento de ativos e passivos contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa seus conceitos estabelecidos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: (a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem aplicação das normas IFRS	Permite que as subsidiárias sejam tratadas como subsidiárias sem aplicação das normas IFRS	IFRS 19	01.01.2027

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Demonstrações contábeis	Permite que as subsidiárias sejam tratadas como subsidiárias sem aplicação das normas IFRS	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional.

5. Contas a receber de clientes:

	Corrente a vencer	Até 60 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Suprimento de energia elétrica		43.315	43.315	41.968
Total Circulante		43.315	43.315	41.968

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 100% a 100,25% em 2025 (taxa vinculada a 101,25% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são taxados a modalidade de aplicação CDI (Certificado de Depósito Bancário).

6. Ativo financeiro da concessão:

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

★ continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

to de concessão, por ser considerado como de vida útil definida. O ativo classificado como Capex melhoria representa o valor que seja pago pelos ativos imobilizados que serão modernizados conforme contrato de concessão, trazidos a valor presente. O Capex melhoria é inicialmente reconhecido pelo valor justo da obrigação passiva que será desvalorizada pelos próximos anos até 2030. Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. **Gastos com desenvolvimento:** Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) o custo do ativo gerado por benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** Amortização da Bonificação de Outorga é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048. A amortização do Capex melhoria é reconhecida baseando-se no método linear, a partir da data de provisão do Capex melhoria descrito na nota explicativa 14 e será amortizado até o final da concessão. A vida útil residual estimada é de 22 anos. Para os demais itens de ativos intangíveis a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não agio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos. A. Composição do intangível:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2025	Adição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Intangível em serviço	3.060.820	(692.561)	2.368.259	3.025.109
Software	200,0%	11.424	(7.205)	4.219
Direito de concessão - Outros	3,54%	1.956.384	(496.530)	1.459.854
CAPEX melhorias	3,51%	1.085.627	(188.826)	896.801
Intangível em curso	7.385	3.498	3.498	7.385
Software	3.498	3.996	—	7.385
Intangível em serviço	2.437.343	35.797	(104.881)	2.368.259
Software (i) (iii)	5.608	—	(1.498)	4.219
Direito de concessão - Outros (i)	1.525.205	—	(65.351)	1.459.854
CAPEX melhorias (ii)	903.032	31.801	(38.032)	896.801
Intangível em curso	3.498	3.996	—	7.385
Software (i)	2.437.343	35.797	(104.881)	2.368.259
Intangível em serviço	2.437.343	35.797	(104.881)	2.368.259
Software	4.789	—	(1.544)	3.245
Direito de concessão - Outros	1.590.554	—	(65.349)	1.525.205
CAPEX melhorias	754.666	179.275	(30.909)	903.032
Intangível em curso	3.032	2.829	—	5.861
Software	2.353.041	182.104	(97.802)	2.437.343

(i) Referem-se aquisição de software e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo LICP 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo. (ii) Refere-se ao reconhecimento das provisões para Capex melhoria tratado como intangível. (iii) O valor da amortização de R\$651, que compõe parte da movimentação do exercício, refere-se a obrigações especiais decorrente de projetos de P&D reconhecidos no passivo. A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, respeitadas as condições para estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários. **11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:** **Empréstimos, financiamentos e derivativos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por derivativos de swap e reconhecidos como hedge de valor justo, ou seja, as variações decorrentes da mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro. **Debêntures:** As debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que as debêntures estavam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação são reconhecidas como custos da transação. A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:

Item	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira					
Banco BOCOM BBM	901	763.420	—	764.321	993
ICBC	280	230.349	—	230.629	294
Total	1.181	993.769	—	994.950	1.287
Debêntures					
Pentágono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	4.540	273.480	815.136	1.093.156	4.205
Pentágono Trustee - 2ª Emissão	11.659	1.273.381	1.273.381	1.289.205	14.329
Total	20.209	273.480	2.088.517	2.382.206	18.934
Derivativos					
Banco BOCOM BBM	876	—	—	876	1.014
ICBC	1.746	—	—	1.746	338
Total	2.622	—	—	2.622	1.352
Total de dívidas passiva	24.012	1.267.249	2.088.517	3.379.778	21.573
Derivativos abto					
Banco BOCOM BBM	—	(76.773)	—	(76.773)	—
ICBC	—	(23.416)	—	(23.416)	—
Total	—	(100.189)	—	(100.189)	—
Total de dívidas líquida	24.012	1.167.060	2.088.517	3.279.589	21.573

Características das dívidas e condições contratuais:

Item	Financiador	Ingresso	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	31/12/2025		Término
							Principal	Total	
i	Banco BOCOM BBM	688.450	16/10/2023	CNH	Pré3,20%	Parcial	16/10/2023	17/10/2024	14.239
ii	ICBC	206.572	15/10/2023	CNH	Pré3,30%	Único	19/10/2023	19/10/2026	19.126
iii	Pentágono Trustee - 1ª Emissão, 1ª série	775.000	15/10/2019	BRL	IPCA+3,54%	Annual	13/11/2019	16/11/2029	19.126
iv	Pentágono Trustee - 2ª Emissão, série única	1.055.000	15/10/2021	BRL	IPCA+5,8198%	Annual	15/10/2021	15/10/2036	19.126
v	Banco BOCOM BBM	688.450	16/10/2023	BRL	CDI+0,265%	Único	16/10/2023	19/10/2026	19.126
vi	ICBC	206.572	16/10/2023	BRL	CDI+0,23%	Único	16/10/2023	15/10/2026	19.126

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos é demonstrada abaixo:

Ativo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Recebimentos	provisionados	Transferência	Variação	
Circulante					
Swap	—	(58)	—	(1.899)	(26.199)
Não circulante					
Swap	229.807	—	75.846	(96.322)	(209.331)
Total	229.807	—	75.846	(96.322)	(209.331)

Passivo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Provisionados	Juros	Transferência	Variação	
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.670	(1.552)	—	1.026.979	(61.389)
Principal	1.287	(39.327)	39.222	—	—
Swap	1.352	(83.476)	84.862	73.947	(74.063)
Debêntures	—	—	—	258.688	—
Principal	—	(111.885)	—	113.159	—
Juros	—	—	—	(5.976)	—
Custo de transação	23.243	(236.240)	237.243	1.353.818	(135.452)
Total	23.243	(236.240)	237.243	1.353.818	(135.452)

Ativo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Recebimentos	provisionados	Transferência	Variação	
Circulante					
Swap	—	(40.587)	—	8.677	1.577
Não circulante					
Swap	—	(40.587)	—	8.677	1.577
Total	—	(40.587)	—	8.677	3.154

Passivo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Provisionados	Juros	Transferência	Variação	
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	308.191	(319.487)	—	2.839	(35.379)
Juros	1.285	(47.449)	47.451	—	—
Custo de transação	—	—	—	—	—
Swap	2.265	(69.248)	68.862	8.678	3.718
Debêntures	—	(200.000)	—	200.000	—
Principal	—	(200.000)	—	200.000	—
Juros	20.763	(129.639)	127.810	—	—
Custo de transação	332.504	(765.823)	244.123	205.295	(31.661)
Total	332.504	(765.823)	244.123	205.295	(31.661)

Ativo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Recebimentos	provisionados	Transferência	Variação	
Circulante					
Swap	—	(40.587)	—	8.677	1.577
Não circulante					
Swap	—	(40.587)	—	8.677	1.577
Total	—	(40.587)	—	8.677	3.154

Passivo	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Provisionados	Juros	Transferência	Variação	
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	308.191	(319.487)	—	2.839	(35.379)
Juros	1.285	(47.449)	47.451	—	—
Custo de transação	—	—	—	—	—
Swap	2.265	(69.248)	68.862	8.678	3.718
Debêntures	—	(200.000)	—	200.000	—
Principal	—	(200.000)	—	200.000	—
Juros	20.763	(129.639)	127.810	—	—
Custo de transação	332.504	(765.823)	244.123	205.295	(31.661)
Total	332.504	(765.823)	244.123	205.295	(31.661)

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2025:

Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do BRLO00	Ingresso CNH000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
BOCOM BBM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI+0,265%a.a. <td>840.218</td> <td>764.321</td> <td>75.897</td>	840.218	764.321	75.897
ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI+0,23%	192.299	230.629	21.670
			895.022				1.032.517	994.950	97.567

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu cronograma de vencimento demonstrado abaixo:	Vencimento			
	Circulante	2026	2027	2028
Não Circulante	994.950	(97.567)	293.689	1.191.072
2026	994.950	(97.567)	293.689	1.191.072
2027	—	—	262.117	262.117
2028	—	—	268.605	268.605
2029	—	—	269.190	269.190
2030	—	—	962.106	962.106
2031 até 2035	—	—	326.499	326.499
2036 até 2040	—	—	2.088.517	2.088.517
Total	994.950	(97.567)	2.382.206	3.279.589

Os empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira e debêntures vigentes não contêm garantias atreladas. **11.1.1. Condições restritivas (Covenants):** **11.1.1.1. Financeiros (Covenants):** **Empréstimos e financiamentos:** Os bancos BOCOM BBM e ICBC possuem cláusulas restritivas financeiras. **Debênturas A 1ª e 2ª emissão:** debêntures estão sujeitas ao índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 1,24 a partir de 2024 até o vencimento. Considera-se: (a) "Dívida Líquida" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Companhia preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (a) soma algébrica dos empréstimos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Companhia, menos (b) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; (b) "EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization)" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Companhia preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses consecutivos do resultado não operacional no período dos covenants financeiros aplicáveis, os quais são calculados pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias-DCR tendo os índices permanecido dentro dos limites estabelecidos. **11.1.2 Não Financeiros (Covenants):** **Empréstimos:** A Companhia avaliou os contratos do Banco BOCOM BBM e ICBC, os quais contêm cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis. **11.2. Encargos setoriais:** Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	31/12/2024		31/12/2025	
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2025
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	16.028	1.948	442	(2.107)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	—	—	—	169
FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.096	6.493	—	(6.468)
MME - Ministério de Minas e Energia	548	3.246	—	(3.234)
ITSEEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	442	5.427	—	(5.407)
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	11.143	71.000	—	(71.397)
Circulante	29.585	92.658	442	(88.613)
Total	29.585	92.658	442	(88.613)

	31/12/2024		31/12/2025	
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	11.052	4.320	656	—

★ continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros: *Classificação e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Redução ao valor recuperável:* De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda. O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. *Contabilização de hedge:* A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa 11 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. *Hedge de fluxo de caixa:* A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de *hedge* de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas" no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. *Hedge de valor justo:* A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito: O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R\$43.315 referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. *b) Risco de taxa de juros:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos. *c) Risco de taxa de câmbio:* Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomada pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (Dólar). *d) Risco de liquidez:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. *e) Dívida em moeda estrangeira e seus derivativos:* A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos foi designada e qualificada como *hedge* de valor justo e reconhecidas no resultado financeiro. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir inconsistências de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Em 31 de dezembro de 2025, as dívidas em moeda estrangeira e seus derivativos foram reconhecidos no resultado da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2025					31/12/2024	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	86.814	-	21.410	-	108.224	98.972	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.181	1.281.509	798.165	1.296.301	3.377.156	3.403.859	
Partes relacionadas	-	-	29	-	29	29	
Arrendamentos	857	2.688	6.590	23.360	33.495	36.737	
Provisão - Capex melhorias	49.804	144.905	380.207	-	574.916	651.875	
Derivativos	2.622	-	-	-	2.622	1.351	
Total	124.943	1.429.102	2.550.146	1.399.430	4.096.442	4.276.436	

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	419.594	419.594	236.760	236.760	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	43.315	43.315	41.968	41.968	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	7.889.357	7.889.357	7.608.309	7.608.309	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	100.189	100.189	229.807	229.807	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	366	366	210	210	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	154	154	162	162	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	994.950	994.950	1.129.236	1.129.236	Valor justo por meio de resultado
Debêntures	2.382.206	2.382.206	2.274.623	2.274.623	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	2.622	2.622	1.351	1.351	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	33.495	33.495	36.737	36.737	Custo amortizado
Partes relacionadas	29	29	29	29	Custo amortizado
Fornecedores	108.224	108.224	98.972	98.972	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). *Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, consequentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira descritos na nota explicativa 11. As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa de preferência. Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 montam em R\$994.950 (R\$1.129.236 em 2024). Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa. O valor justo dos *swaps* de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício

Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
1ª Emissão de debêntures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	268.564,640	326.828,794	386.909,236	448.842,290	512.664,610
2ª Emissão de debêntures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,81%	1.754.693,890	2.134.679,892	2.556.686,356	3.024.835,749	3.543.604,671
Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,26%	41.907,049	61.919,084	81.793,207	101.534,795	121.148,855
Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	12.447,673	18.416,814	24.343,241	30.228,632	36.074,547

Outros riscos considerados relevantes: *a) Risco regulatório:* As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. *b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil - Reforma Tributária:* Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo - como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI - pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais. A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos. Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia. A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. *c) Mudanças climáticas:* A Companhia contribui de forma relevante para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), reconhecidos como um dos principais responsáveis pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas. Ao operar com geração de energia proveniente de fonte renovável, sem a utilização de combustíveis fósseis, a

divulgadas pela B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, curva futura de moeda CNH divulgada na Bloomberg e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato. A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda em aberto no fim do período de relatório:

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa do swap	Notional	Valor R\$ justo R\$
Banco BOCOM BBM	Pré 3,30% CDI + 0,265% a.a.		782.856	75.897
ICBC	Pré 3,30% CDI + 0,27% a.a.		235.800	21.670

Análise de sensibilidade: Conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, Evidenciação: A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 11 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick Diretora Geral	Guy Ishikawa Diretor Financeiro	Valéria Lopes de Souza - Contadora CRC - 1SP145065/0-9
--	--	---

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.**, São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Ativo financeiro vinculado à concessão:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$7.889.357 mil. A parcela do montante pago pela outorga (direito de concessão) relacionada ao direito incondicional da Companhia de receber caixa pela ven-

das de energia no ambiente de contratação regulado é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), é classificada como ativo intangível. A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as demonstrações contábeis. Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria em relação ao ativo financeiro vinculado à concessão, incluíram, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de *performance* previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (iv) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de *performance*; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise dos impactos oriundos da Receita Anual de Geração (RAG), por meio de inspeção das resoluções e notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, cálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual de Geração (RAG) e verificação das bases de remuneração; (vii) análises das comunicações do órgão regulador; e (viii) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro vinculado à concessão da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstra-


ções contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/5 Ltda.
CRC-SP034519/0

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/0



Shape the future with confidence